

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
O PRONATEC E A MANUTENÇÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Isabella Freire Ribeiro Rocha	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC Rio	Professora
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este trabalho tem a intenção de debater o papel da educação profissionalizante, nos cursos apresentados pelo Pronatec, que é formulado para um sistema de ensino e trabalho, dirigido para o fortalecimento da sociedade de classes. Este Programa foi criado, segundo sua proposta, para contribuir no desenvolvimento do ensino médio público, supostamente com o intuito de alargar as ofertas de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, à classe trabalhadora, pretendendo proporcionar-lhes melhores condições de inserção e permanência no mercado de trabalho.</p> <p>Um modelo de educação, a serviço do capital, que visa estabelecer a conservação da sociedade de classes antagônicas: a classe trabalhadora e a burguesia. A proposta de preparação profissional apresentada pelo Pronatec está intimamente ligada à divisão social do trabalho. Este Programa alegadamente forma capital humano desenvolvido para o fortalecimento das forças produtivas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Educação Profissional; Pronatec; Educação e capitalismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This paper discusses the importance of professionalizing education in the courses offered by Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, official name of Pronatec, a program based on a learning system and working that is directed to strengthen class society. This Program was created with the intention to enhance high school, public education, enlarging the number professional and technological education classes offered to the working class in order to improve workers chances to enter the job market and keep their employment status. An education model, that serves capital, that aims to preserve an antagonist class society, the working class and the bourgeoisie. The professional capacitation proposal presented by Pronatec is closely linked to the social division of labor. This program states to form human capital developed to strengthen productive forces.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Professional Education; Pronatec; Education and capitalism			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, Classe e Luta de classes			

O PRONATEC E A MANUTENÇÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES

Isabella Freire Ribeiro Rocha

Este trabalho tem a intenção de debater o papel da educação profissionalizante, nos cursos de Educação Profissional, apresentados e disponibilizados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec. Ele é formulado e proposto para um sistema de ensino e trabalho, dirigido para o fortalecimento e manutenção da sociedade de classes, sistema próprio do modo de produção capitalista. Este Programa foi criado, segundo sua proposta, para contribuir no desenvolvimento do ensino médio público, através da Educação Profissional, supostamente com o intuito de alargar as ofertas de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, aos trabalhadores e aos seus filhos, pretendendo proporcionar-lhes melhores condições de inserção e permanência no mercado de trabalho brasileiro.

Um modelo de educação, aparentemente a serviço do capital, que visa estabelecer a conservação e a reprodução da sociedade de classes antagônicas, firmemente consolidadas em dois pilares: a classe trabalhadora e a burguesia, que são os que detêm os meios de produção, sejam as matérias-primas, as ferramentas de fabricação, ou as maquinarias, além de serem os que empregam um grande percentual da classe trabalhadora. A proposta de preparação profissional apresentada pelo Pronatec está intimamente ligada à divisão social do trabalho. Este Programa alegadamente forma capital humano¹, desenvolvido especialmente para o fortalecimento das forças produtivas², estabelecidas no modo de produção capitalista. Portanto

O sistema vai conduzir as duas populações a duas vias fundamentalmente divergentes: trata-se de repartir os indivíduos por postos antagonistas na divisão social do trabalho, quer do lado dos explorados, quer do lado da exploração. Todos os mecanismos escolares são comandados, de início, por aquilo que constituirá o seu objetivo, que parece o resultado

¹ “Vale assinalar que a ideia de “capital Humano” surge, historicamente, bem antes, até mesmo no Brasil, da década de 1950. O fato de que sua formulação sistemática e seu uso ideológico político somente se verificaram a partir do fim da década de 1950 e início da década de 1960 aponta para a hipótese de que é efetivamente neste período que as novas formas assumem as relações intercapitalistas demandam e produzem esse tipo de formulação.” (FRIGOTTO, 2010, p.48)

² “O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam, porém, vários elementos cuja definição é discutida. Alguns autores encaram a própria ciência como força produtiva (e não apenas as transformações que dela resultam), e há quem considere o espaço geográfico como uma força produtiva.” COHEN, 1978, cap. II (apud BOTTOMORE, 2012, p.233)

esperado: a divisão social do trabalho - e não se trata de uma divisão puramente técnica de competências, deve, na realidade, de ser descrita como divisão da sociedade em classes antagonistas e a relação entre ambas é, na verdade, a exploração de uma pela outra. (SNYDER, 2005, pp 26-27)

Um Programa custeado pelo governo neoliberal brasileiro, onde a educação mais uma vez adquire feições políticas e econômicas. Ao analisar-se mais aprofundadamente o Pronatec, constata-se a clara orientação no sentido de suprir uma suposta deficiência por determinado tipo de força de trabalho, o chamado “apagão de mão de obra qualificada”, discurso defendido pela burguesia e governo. Quando investigam-se as formações profissionais sugeridas pelo portfólio de ofertas dos cursos apresentados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos³, CNCT, verifica-se que são ligadas aos setores ditos em expansão, na economia nacional. Em vista disso

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), acolheu, no período de 2009 a 2011, solicitações de atualização do CNCT⁴, provenientes de diversos setores envolvidos com a oferta de cursos técnicos de nível médio em todos os sistemas de ensino. Estudantes, professores, gestores escolares, entidades de classe, sindicatos e associações, entre outros, encaminharam suas demandas ao MEC, que organizou e analisou todas as solicitações recebidas.⁵

Essas ofertas são dirigidas aos que parecem estar interessados em adquirir melhores condições para inserção e permanência no mercado de trabalho, ou para os que são compelidos a cursá-los por determinações do governo, que não considera os talentos, aptidões, habilidades, do trabalhador, mas sim tem, fundamentalmente, a intenção de atender às necessidades momentâneas e transitórias, da indústria ou do setor de serviços, por trabalhadores minimamente habilitados, que garantam a produção e a formação e manutenção do exército industrial de reserva. Logo

³ “Dessa forma, a versão 2012 do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, e constitui-se em referência e fonte de orientação para a oferta dos cursos técnicos no país” Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/apresentacao.php>> Acesso 08/02/2014

⁴ Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/apresentacao.php>> Acesso 02/02/2014

⁵ Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/apresentacao.php>> Acesso 02/02/2014

As diferentes direções em relações às quais a escola orienta os alunos não corresponde a talentos, capacidades, dotes, mas sim à proporção de mão de obra, de funcionários qualificados, de dirigentes que a sociedade estabelecida calcula como necessária ao seu funcionamento e reprodução. (SNYDER, 2005, p. 27)

Os cursos oferecidos pelo Pronatec, de proposta aparentemente aligeirada, são constituídos por um conteúdo programático pensado também no desenvolvimento técnico específico, e cultural restrito, do trabalhador, objetivando fundamentalmente a aquisição do conhecimento exclusivo para a execução das atividades particulares de cada função, dentro do sistema produtivo. A proposta de educação unilateral burguesa se manifesta de variadas formas; dentre elas a formação especializada, seja no plano teórico ou prático. Além do inculcamento no trabalhador, das ideologias e valores, sustentadores do capitalismo e das classes dominantes, “pela internalização de valores burgueses relacionados à competitividade, ao individualismo, egoísmo, etc.” (JÚNIOR, 2008, p.285) sem, necessariamente formarem o trabalhador para uma profissão real. Muitas das propostas do Pronatec, não estão na Classificação Brasileira de Ocupações⁶. É a burguesia concedendo aos trabalhadores, a formação utilitária, manipulada e dirigida, capaz de atender ao seu próprio interesse de classe, submetendo as instituições educacionais aos seus objetivos. E não pretendendo proporcionar aos trabalhadores o desenvolvimento intelectual, físico e tecnológico, “uma formação integral do homem – a educação como articuladora do fazer e do pensar” (LOMBARDI, 2005, p.10), projetada para o desenvolvimento específico das crianças, jovens e adultos. Não há, nem remotamente, a intenção de uma formação omnilateral do trabalhador, mas sim o desenvolvimento estritamente unilateral. Proporcionando então

Uma especialização restrita, uma força de trabalho parcelar, reduzida à perícia indispensável. A escola transforma-se numa máquina fornecedora de profissionais especializados, de empregados subalternos. O capitalismo exige que a escola lhe forme trabalhadores que se saibam vulneráveis; espera-se, devido à sua formação restrita, que não venham a

⁶ A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO é um documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro. Acompanhando o dinamismo das ocupações, a CBO tem por filosofia sua atualização constante de forma a expor, com a maior fidelidade possível, as diversas atividades profissionais existentes em todo o país, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional. Disponível em <http://www3.mte.gov.br/casa_japao/cbo_historico.asp> Acesso 09/02/2015

revelar-se demasiado exigentes em matérias de salários, proporcionam-lhes o mínimo possível de instrumentos intelectuais que os ajudem a questionar o sistema - a começar pelos que nascem diretamente da qualificação dentro do trabalho. Resumindo, tanto a quantidade como a qualidade da mão de obra formada são determinadas pelos interesses a curto prazo dos monopólios. (SNYDER, 2005, p.97)

Muitas vezes esta formação passa por um simples adestramento do trabalhador, dirigindo-o em como agir, o que vestir, *dress code*⁷, o que pensar e como falar, através da aquisição do vocabulário técnico específico da área de atuação. Neste tipo de formação, a educação dos trabalhadores vem como instrumento de convencimento, domesticação. Trata-se de formar serviçais produtivos, submissos, subjugados, dominados ideologicamente, preparados para serem passivos, domados e dependentes, através da adequação e encaixe ao *modus operandi* no mundo do trabalho. Sendo este mais um meio para garantir a consolidação do sistema onde da burguesia está estabelecida como classe hegemônica.

O Programa disponibiliza ao mercado hordas de trabalhadores “especializados”, vulneráveis não somente por uma restrita e discutível capacitação, mas também porque estão passíveis às ofertas de postos de trabalho que são apresentadas, nem sempre em condições adequadas. Os trabalhadores estão fragilizados, sua formação é limitada, pontual, com pequenas possibilidades de desenvolvimento. Por isto conformam-se em ocuparem postos de trabalho disponibilizados pelos empregadores potenciais, e pelo Estado, ou seja, submetem-se ao que o mercado está disposto a lhes oferecer, nas categorias de prestadores de serviços, como força de trabalho ocasional, ou na condição de terceirizados, sem vínculos empregatícios, também conhecidos como *free lancers*, ou ainda, nos trabalhos realizados em modelos denominados *home offices*, onde os trabalhadores concedem suas casas e seus recursos para fazerem trabalhos da empresa que os contrataram, esse sistema também é conhecido como escritório em casa. É o discurso da empregabilidade substituído pela laboralidade. Os profissionais formados pelo

⁷ “Dress Code nada mais é do que um código de vestimenta, que serve tanto para a vida social como profissional. Atualmente, podemos notar que as empresas estão investindo nessa prática para que os profissionais entendam os valores e conceitos da organização onde trabalham e consigam traduzir a imagem da empresa na maneira de se vestir. Desde cargos de níveis mais baixos até os executivos, a apresentação pessoal pode ser fator determinante para se transmitir uma imagem positiva, tanto do próprio profissional quanto da empresa que está sendo representada.” Disponível em <<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas-emprego/aparencia/a-tendencia-do-dress-code-nas-organizacoes>> Acesso 08/02/2015

Programa não têm garantias de encontrar emprego na conclusão do curso, mas sim de encontrar trabalho, o que não está necessariamente ligado a uma contratação.

O discurso do governo e das instituições ofertantes dos cursos do Pronatec, os apresentam como o viabilizador e impulsionador das carreiras para uma provável ascensão profissional e socioeconômica do indivíduo. As instituições de ensino profissionalizante, estão significativamente aparelhadas pela burguesia, dirigindo a formação da consciência do proletariado e seu desempenho profissional. Com a intenção de perenizar a distinção entre as classes, a burguesia e o Estado consolidam as instituições de ensino profissionalizante como um espaço de *apartheid* social e intelectual: à classe trabalhadora uma educação pontual, reduzida e pouco aprofundada, dirigida à execução de tarefas, centradas na melhoria de desempenho, que enfim possibilite o aumento da sua produtividade em benefício da burguesia. Em discurso⁸ de apresentação do Pronatec 2.0, a presidente Dilma Rousseff associa o aumento de produtividade do trabalhador ao Programa. Afirmando que

Acredito que o Brasil deu um grande passo. Precisamos olhar e focar na questão da produtividade da economia. E ela é Pronatec, é inovação de alta complexidade e investimento em infraestrutura. O Brasil precisa desse salto. O Pronatec é esse lugar especial onde se une social e econômico. Porque cada vez mais nosso país terá que ser integrado por técnicos, cientistas e pesquisadores. Mas temos que ter técnicos capazes de agregar valor ao produto e renda a família⁹.

Esta proposta de educação ou treinamento superficial, gera uma compreensão precária, para o trabalhador, da sua importância no sistema produtivo, enquanto protagonista deste sistema, e dentro da luta de classes. Devido à sua formação restrita, não desenvolve consciência de classe, tendo como consequência, a não reivindicação dos direitos e a aceitação de baixa remuneração e flexibilização de sua força de trabalho.

O Programa

Pretendendo habilitar trabalhadores, em larga escala, foi criado, em 26 de outubro de

⁸ Disponível em <<http://blog.planalto.gov.br/dilma-anuncia-12-milhoes-de-vagas-no-lancamento-do-pronatec-2/>> Acesso 16/02/2015

⁹ Idem

2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, o Pronatec, instituído pela lei nº 12.513¹⁰. Dentre os objetivos para a criação deste Programa está a expansão das ofertas de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, “por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”¹¹ que pretende estar “contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da Educação Profissional, e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional, e melhorando as condições de inserção no mundo do trabalho”¹² (p.15). Assim está justificada a existência do Programa no Plano Plurianual 2012-2015, do Governo Federal.

As ofertas apresentadas pelo Pronatec, concentram vagas em Cursos Técnicos, com mínimo de 800 horas, distribuídos em 13 eixos tecnológicos¹³, com 29 opções, e os de Formação Inicial e Continuada, os chamados cursos FIC, com carga horária entre 160 e 400 horas, que disponibilizam 644 opções divididas em 13 eixos tecnológicos. Este Programa divide-se em campos específicos do conhecimento, que abrangem as áreas de Saúde, Turismo, Gestão, Informação e Comunicação em meio a outras, com a proposta de formar trabalhadores conhecedores dos métodos e processos utilizados no mundo do trabalho.

A presidente Dilma Rousseff, em lançamento da segunda fase do Programa, o chamado Pronatec 2.0¹⁴, anunciou¹⁵, em maio do ano de 2014, a inclusão de categorias de cursos que visam aprimorar a gestão de microempreendedores individuais e pequenos empresários, além de distinguir o Pronatec como política de estado:

¹⁰ BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm> Acesso 06/08/14

¹¹ Idem

¹² BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2012-2015: projeto de lei/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Brasília MP, 2011. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2012_2015/lei/anl12593.pdf>. Acesso 19/02/2014.

¹³ Segundo a Lei nº 11.741/2008, os eixos tecnológicos são caracterizados como ‘grandes agrupamentos de práxis, de aplicações científicas à atividade humana: tecnologias simbólicas, organizacionais e físicas. Um eixo tecnológico teria um núcleo politécnico comum, fundamentando-se nas mesmas ciências, utilizando métodos semelhantes e tornando o processo educativo mais sintonizado’ (Portal MEC - 21/08/2008). Disponível em <<http://www.dn.senac.br/catalogo/eixos.html>>. Acesso em 10/05/2014

¹⁴ PRONATEC 2.0 Disponível em <<http://pronatectrabalhador.com.br/pronatec2-0/>> Acesso 16/02/2015

¹⁵ Disponível em <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/05/08/dilma-diz-que-vai-lancar-pronatec-20-com-a-inclusao-de-novos-cursos/>> Acesso 13/02/2015

Neste novo Pronatec, devido as demandas que recebemos no primeiro, iremos também incluir cursos para melhorar a gestão de microempreendedores individuais e pequenos empresários. [...] O Pronatec vai se tornar sim uma política de estado, porque este programa é um dos pilares da política educacional de todo e qualquer país desenvolvido.

A presidente Roussef alega que os cursos são oferecidos conforme as demandas do mercado de trabalho de cada região, e que o Ministério do Trabalho, desenvolverá um projeto de intermediação entre a força de trabalho formada, disponibilizada, e as empresas locais contratantes. A presidente insiste na relevância de qualificação profissional para o crescimento do país. "O aumento da produtividade no Brasil requer a adoção de melhorias em processos e produtos. Para isso, a formação profissional é um elemento fundamental"¹⁶. Este modelo de educação profissional é entendido pela presidente como ideal para a formação do trabalhador. A produtividade nacional, em sua análise, não é, e não foi devidamente alavancada por ausência de um programa de educação profissional no modelo do Pronatec.

O Programa oferece a Bolsa-Formação¹⁷, que concede vagas nos Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada. São duas as categorias de Bolsa-Formação: para o estudante e para o trabalhador. Aqueles que são alcançados pela Bolsa-Formação são indivíduos pertencentes aos povos indígenas ou às comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; desempregados; pessoas com deficiências; indivíduos que recebem benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastrados no CadÚnico¹⁸; estudantes matriculados no Ensino Médio das escolas públicas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos, trabalhadores, agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores e praças do Exército e da Aeronáutica com baixa do Serviço Militar ou atiradores de tiro de guerra e mais recentemente os moradores de rua.

¹⁶ Disponível em <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/05/08/dilma-diz-que-vai-lancar-pronatec-20-com-a-inclusao-de-novos-cursos/>> Acesso 13/02/2015

¹⁷ A Bolsa-Formação, cujas diretrizes de execução estão especificadas na Portaria MEC Nº 185, de 12 de março de 2012, busca ampliar a capacidade de oferta das redes de educação profissional e tecnológica, a fim de atender a jovens, trabalhadores e, beneficiários de programas federais de transferência de renda. Disponível em <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013021105817732documento-referencia_bolsa_formacao_trabalhador.pdf>. Acesso 11/02/2014

¹⁸ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>> Acesso 13/02/2014

Em 26 de novembro de 2014, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) lançou o Pronatec Direitos Humanos, que teve definidas as regras para sua realização em portaria nº 693 da Secretaria de Direitos Humanos, publicada no Diário Oficial da União. Que amplia e normatiza as estratégias do programa de ensino técnico voltado para pessoas com deficiência, sendo executado em parceria com o Ministério da Educação (MEC). O Pronatec Direitos Humanos divide-se em três modalidades, que são:

- O Pronatec Viver sem Limite, lançado em 2011, desenvolvido para beneficiar pessoas com deficiência;
- Pronatec Sinase, lançado em 2011, criado para atender crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, e;
- Pronatec Pop Rua instituído para favorecer a população de rua.

O governo anunciou que o Pronatec 2.0, pretende oferecer 12 milhões de vagas, entre os anos de 2015 e 2018¹⁹. Desde o seu lançamento, o Programa vem adquirindo novos formatos e feições onde o grupo de “alcançáveis” são desde quilombolas, menores infratores marginalizados, desempregados em geral, catadores de lata, representantes das Forças Armadas, microempreendedores, entre outros. O Pronatec tem-se caracterizado por ser uma grande colcha de retalhos, uma *melange*. A sua proposta é “ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda”²⁰, desta forma, a inclusão de pessoas alocadas em grupos de referência, que estão em situação de risco social ou que necessitem de preparação técnica para desempenho profissional. No entanto, não há tratamento específico para que cada grupo, tenham atendidas as suas necessidades particulares, que os caracterizam como alvo do Programa. Fica confusa e atabalhoada uma proposta pedagógica que pretende capacitar e atualizar as “competências profissionais” de um grupo tão diverso, de uma mesma forma, com uma mesma metodologia. O governo apressa-se em divulgar números grandiosos e estabelecer metas espetaculares. Mas não esclarece qual é o resultado efetivo desta ação educativa. Não há pronunciamento oficial do volume de força de trabalho empregada, e ainda, qual o impacto no crescimento econômico gerado por esta força, agora qualificada. Não se tem informação oficial, nem oficiosa, de qual o percentual de egressos foi absorvido pelo mercado de trabalho, nas funções para as quais foram formados. De fato, como o trabalhador foi incluído socialmente, a partir de sua participação no Programa? Entendo como incompreensível um

¹⁹ Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-11/pronatec-vai-beneficiar-pessoas-com-deficiencia-populacao-de-rua-e>> Acesso 22/02/2015.

²⁰ Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>> Acesso 02/02/2014

Programa atender um silvicultor e um praça do Exército, pretendendo que tenham uma mesma formação. Como é possível capacitar um catador de lata e um microempreendedor, num mesmo processo de aprendizagem?

Trabalho

Entende-se como trabalho, no viés marxista, a produção e a transformação das condições materiais de existência do indivíduo, isto é, a elaboração e a produção de produtos e meios, que satisfaçam as necessidades humanas. Este processo acontece através do intercâmbio entre a natureza e o homem, que converte matéria bruta, *in natura*, em elementos que atendam suas necessidades. Em *O Capital*, Marx apresenta uma transformadora interpretação para o conceito de trabalho. Entendendo que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes força útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. (2013, p.211)

A ideia de Marx sobre o significado do trabalho humano permite alargar a compreensão do que é o trabalho para a existência do homem. Para ele é uma ação, ou conjunto de ações, realizadas pelo indivíduo onde ele promove, monitora e governa sua relação com a natureza. Logo entende-se que é uma relação onde o homem tem domínio e preponderância sobre a natureza, e considera também que o “trabalho assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana. ” (FRIGOTTO, 2009, p. 399). Esta revolucionária interpretação marxista acerca do que é o trabalho e qual o seu significado para o homem e para a sociedade, resulta numa proposta de desconstrução, do que seja trabalho, na ideologia burguesa, que fora historicamente inculcada no homem, criado e desenvolvido, em uma sociedade que naturaliza a exploração imposta pelo capital. Na sociedade capitalista o trabalho humano está diretamente relacionado à

forma histórica que assume sob as relações sociais de produção capitalistas (compra e venda de força de trabalho, trabalho assalariado,

trabalho alienado) [...] Por isso, o mesmo não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Na sua dimensão mais crucial, o trabalho aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários e imperativos à vida biológica dos seres humanos como seres ou animais evoluídos da natureza. Concomitantemente, porém, responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, que, por serem históricas, assumem especificidades no tempo e no espaço. (FRIGOTTO, 2009, p. 400)

Na sociedade de configuração capitalista, o trabalho “é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor ” (BOTTOMORE, 2012, p.231), está diretamente associado à servidão, dominação e exploração da força física, coerção psicológica e apropriação indébita do capital intelectual do proletariado, por parte da burguesia. O trabalhador é visto como ferramenta de produção, tendo cada vez mais que cumprir metas de desempenho produtivo, trabalhar em jornada pesadas, em ambientes muitas vezes degradantes, onde além da exploração física, há também o assédio moral e sexual. Sendo assim

Para a classe operária e as massas trabalhadoras, o que o capital tende a restaurar é o regime do “tácão de ferro” [...] A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. (CHESNAIS, 1996, p.16)

Porque para a lógica burguesa as metas de produtividade devem ser atingidas, a qualquer custo, para que os domínios do capital sejam alargados. A linha de montagem tem que ser composta por diferentes processos e com força de trabalho qualificada, visto que

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social desta riqueza. (CHESNAIS, 1996, p.15)

A produção é que é enfim, a criadora de riqueza e sustentadora do poder. No entanto trazendo como consequência desenvolvimento da pobreza, degradação humana, embrutecimento e degradação moral e sexual.

Na lógica do capital, o processo de trabalho é o resultado de um conjunto de ações integradas, constituindo uma linha de produção, executado sistematicamente de forma sequencial, objetivando a produção de mercadorias. Para que esse processo se realize, ele fundamenta-se em grupo de recursos organizacionais, constituído pelos pilares financeiro, material e humano. O homem na lógica burguesa de produção é um recurso dispendioso, falho, que naturalmente será substituído por maquinário específico.

Educação

Com o surgimento e fortalecimento do capitalismo, a partir do fim do sistema feudal, a formação educacional do trabalhador foi adquirindo feições políticas e econômicas. O objetivo desta formação era baseado em interesses de classes opostos: de um lado a burguesia, de outro os trabalhadores.

Portanto

A educação foi adquirindo contornos políticos e econômicos com interesses contraditórios: o da burguesia e do proletariado, desenvolvidos modelos ideológicos e “epistemológicos opostos” e inspirados: o positivismo e o socialismo. São concepções que interpretam a oposição de classe da sociedade capitalista, que propõe oposição de valores e organização social. (LOMBARDI, 2005, pp 6 e 7)

Esses interesses eram movidos pela instrumentalização e aplicação do conhecimento, definidos e direcionados, pela oposição de objetivos das classes dentro do sistema produtivo estabelecido pelo capital. O projeto de educação burguesa, para a classe trabalhadora, é fundamentalmente estabelecida em propostas pedagógicas, de formação unilateral, baseadas no desenvolvimento de competências, que gerem operários dóceis, devidamente resignados da sua condição de dependentes do patronato, que sejam eficientes, produzindo mais em menor tempo, proporcionando o chamado aumento de produtividade, que é conseguido através de treinamentos em programas de qualidade total, ou ameaças de demissão. A proposta de educação burguesa intensifica e celebra a técnica e a ciência a serviço do capital; a produtividade em níveis extremos, e corrobora o sistema capitalista como o mais justo, onde a meritocracia ganha destaque, quem trabalha mais e melhor sobe na empresa. Além do inculcamento da ideologia burguesa no trabalhador. No entanto

O socialismo é a posição teórica (...) da classe antagonista, que remete aos valores “negados” pela ideologia burguesa (a solidariedade e a igualdade, a participação popular no governo da sociedade) e delinea estratégias de conquista do poder que insistem sobre as contradições insanáveis da sociedade burguesa (principalmente entre capital e trabalho), delineando uma sociedade “sem classes”. (Cambi APUD Lombardi, 1999)

Apresentando, enfim, um desenvolvimento integral e integrado do homem e da sociedade.

Proposta Marxista de Educação.

A concepção marxista de educação baseou-se em determinadas propostas, que começam a surgir nos anos de 1840, onde foram discutidas e registradas “em muitas obras de Marx e Engels (por exemplo, O capital, cap. XIII; A ideologia alemã, vol. I, parte I; Crítica ao Programa de Gotha, IV e Princípios do comunismo de Engels). Os principais ingredientes da teoria de educação proposta por Marx e Engels são: (FERGE, Zsuzsa. Educação In: BOTTMORE, 2012, p.179)

1. “Educação pública gratuita e compulsória para todas as crianças, que assegure a abolição dos monopólios culturais ou do conhecimento e das formas privilegiadas de instrução;
2. A combinação da educação com a produção material (...) a combinação da instrução, ginástica e trabalho produtivo. O objetivo implícito (...) a eliminação do hiato histórico entre trabalho manual e intelectual, assegurando a todos uma compreensão integral do processo produtivo;
3. A educação tem de assegurar o desenvolvimento integral da personalidade;
4. À comunidade é atribuído um novo e considerável papel no processo educacional, que transforma as relações entre os grupos dentro da escola. ”;
5. A formação omnilateral (isto é, multilateral, integral) da personalidade de forma a tornar o ser humano capaz de produzir e fruir ciência, arte, técnica.

Além da não utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes nas fábricas, a não ser que estivesse associada a um programa onde fossem relacionados o trabalho produtivo e a educação. Por educação, Marx e Engels, entendem que se faz necessária a conexão entre educação e produção material, a educação politécnica, que supera a monotecnia, possibilitando enfim a formação omnilateral do homem, que envolve os

aspectos de desenvolvimento mental, físico e técnico. Esta formação deverá estar adequada à idade das crianças, dos jovens e adultos, sendo desenvolvida no intuito de promover a união entre a educação e a política, a combinação entre o tempo livre e o tempo de trabalho.

Logo por educação Marx compreende:

1. Educação intelectual.
2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (MARX e ENGELS, 2011, p.85)

Entende-se, então, por Formação Politécnica, a associação de trabalho produtivo remunerado com a educação intelectual, juntamente com a prática sistemática de exercícios físicos.

O aumento da produção levou à uma nova forma de fabricação das mercadorias, com a utilização de novas técnicas e atividades operacionais. O que provocou um conjunto de mudanças nos processos de trabalho, criando, inclusive, uma nova divisão do trabalho.

Posto que

A apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configuram-se, em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários (SAVIANI, 2007, p.155)

A divisão dos homens em classes promoveu também uma divisão na educação, que sempre fora associada com o processo de trabalho, desde as sociedades primitivas. No entanto, a partir da cisão da sociedade em classes houve uma intensificação e aprofundamento da divisão do trabalho. A partir deste dado a educação é pensada e desenvolvida para a consolidação e melhoria de desempenho do operariado, na divisão do trabalho, dentro do sistema produtivo. Com a separação dos homens em classes, a educação também por consequência biparte-se. Uma educação para os que dominam e outra unilateral, restrita, para os dominados.

Formação de capital humano

O governo da presidente Dilma Rousseff defende, através do Plano Plurianual, adoção de políticas que elevem a competitividade²¹ da economia brasileira. Entre elas está proposta a redução dos “custos tributários” e reforço de capital humano com o lançamento do Pronatec, “além de incentivos para ampliação da inovação produtiva – conforme agenda da política industrial, dentre outras ações.” (Brasil, 2011, p.19). Um discurso inteiramente conectado com os propósitos da burguesia subordinando o sistema educacional aos interesses do capital.

A presidente Rousseff defende a formação e o reforço de capital humano fazendo referência à Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Theodore Schultz, que corrobora a ideia de que o nível de escolarização interfere diretamente na melhoria da qualidade de vida do trabalhador, proporcionada pelo aumento de renda obtida por sua capacitação técnica. Ou seja, quanto maior for a sua produção, com menos perdas, em menor tempo, menor retrabalho, gerando um produto final mais competitivo, do ponto de vista do mercado, melhor será a qualidade de vida do indivíduo e sua família. Afinal a sua remuneração está associada ao seu desempenho. O trabalhador que estiver devidamente preparado e alinhado com os propósitos organizacionais de metas financeiras e de produção, viverá adequadamente, dentro da lógica do capital. O trabalhador passa ser avaliado, exclusivamente pela sua capacidade produtiva. A educação é utilizada como elemento de desenvolvimento econômico, fortalecimento e expansão do capital.

O que os defensores deste sistema não explicam é como os níveis de escolarização e titulação aumentam, principalmente entre as mulheres, e os níveis de desemprego voltaram a subir. As mulheres apesar de mais preparadas ainda ganham, no Brasil menos do que os homens. O investimento em educação está intimamente ligado ao desenvolvimento da produtividade do trabalhador, o foco é qualificar mais e pagar menos. O empresariado alega que os custos para se manter um trabalhador no Brasil são altíssimos e a sua produtividade discutível. Então

²¹ No relatório intitulado **Competitividade Brasil 2013: comparação com países selecionados**, a CNI sob sua perspectiva, descreve, que competitividade “refere-se à habilidade da empresa concorrer no mercado – vale dizer, à sua capacidade de igualar ou superar seus concorrentes na preferência dos consumidores” p.11. E identifica, quais são os determinantes de competitividade das empresas e dos países: disponibilidade e custo de mão de obra; disponibilidade e custo de capital; infraestrutura e logística; carga tributária; ambiente macroeconômico; ambiente microeconômico; nível educacional da população; tecnologia e inovação. p.12 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Competitividade Brasil 2013: comparação com países selecionados – Brasília: CNI, 2013. Disponível em <<http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo>> Acesso 01/09/2014

Nesse sentido, o novo ambiente requer a adoção de políticas com vistas a elevar a competitividade da economia brasileira nos próximos anos. O Governo já está atuando nessa direção, com destaque para as ações relativas à redução dos custos tributários – conforme agenda tributária do Governo Federal; à melhoria nas condições de infraestrutura – como o PAC; ao reforço do capital humano, com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e com medidas para a expansão da qualificação profissional; além de incentivos para ampliação da inovação produtiva – conforme agenda da política industrial, dentre outras ações. (Brasil, 2011, p.29)

A Teoria não considera, por exemplo, as variáveis de ambiente, como a automação industrial e comercial que substitui um grande número de trabalhadores, os retirando do processo produtivo. A exemplo disto, pode ser citada a indústria automobilística ou o sistema bancário. O desemprego causado pelo julgado despreparo dos trabalhadores, seria logo solucionado, assim manifestam-se representantes do governo e do empresariado. No entanto

fica evidenciado o caráter limitado da noção ou conceito de capital humano, pela necessidade de redefini-lo em face do fato de que, paradoxalmente, inversamente à tendência universal do aumento da escolaridade, há um recrudescimento no desemprego estrutural, precarização do trabalho com perda de direitos e, especialmente, em países dependentes como o Brasil, oferta de empregos que exige trabalho simples e oferece uma baixíssima remuneração. Com o agravamento da desigualdade no capitalismo contemporâneo, a noção de capital humano vem sendo redefinida e ressignificada pelas noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências e empregabilidade (FRIGOTTO, 2009, p.71).

O discurso difundido pela Teoria do Capital Humano, associado a modelos apresentados pela globalização, apresenta a ideia de que vivemos em uma “sociedade do conhecimento”, onde aqueles mais bem formados serão exemplo de sucesso, empreendedorismo e empregabilidade. Assim

As noções de sociedade do conhecimento e de competência passam a assumir na atualidade o mesmo protagonismo que a noção de capital humano teve entre as décadas de 1950 e 1980, constituindo-se no aparato ideológico justificador das

desigualdades econômicas e sociais entre os indivíduos e/ou das relações assimétricas de poder dentro dos países e entre eles. (PEREIRA; LIMA, 2008, p.23)

Trabalhadores competentes e produtivos, inseridos em um mercado de trabalho que reconhece suas habilidades, e os retribui adequadamente. Não é o que se tem constatado. O uso de maquinaria utilizada na substituição dos trabalhadores, sejam eles “qualificados” ou não, é um processo que não parece retroceder. E a concentração de renda é cada vez mais evidente.

O Pronatec, declaradamente, coopera para a formação de capital humano, preparado, especialmente para o desenvolvimento e fortalecimento dos processos de trabalho, orientados para o novo modo de produção material e imaterial.

Classe

A definição de classe é fundamental na teoria desenvolvida por Marx e Engels, apesar de não a terem apresentado formalmente, conceitualmente. O início do capitalismo, a estrutura da sociedade de classes e as lutas de classe foram referências fundamentais para o desenvolvimento desta teoria.

Em o **Manifesto Comunista** há a conhecida frase “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX, 2010, p.40). Os que oprimem e os que são oprimidos, em oposição, tem estado em frequente luta, não apenas durante toda a sua existência de forma explícita, mas também de forma dissimulada. Estas lutas ou guerras resultaram na destruição das classes em combate ou na transformação da sociedade. Portanto

toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes — este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx. (ENGELS, 2010, p.74)

Marx instituiu a distinção entre a condição e a consciência de classe. As distinções sociais só se caracterizam como classe nas sociedades capitalistas, porque apenas nelas o

fato de se pertencer a um extrato social é definido pela propriedade dos meios de produção ou por seu controle. “Marx apresenta o aparecimento da consciência de classe como consequência da crescente luta política. ” (BOTTOMORE, 2012, p.112) E que sem ela não se torna possível o reconhecimento da classe operária como agente impulsionador para a luta, que promoverá a transformação social tão necessária ao pleno funcionamento de uma sociedade mais justa.

O historiador britânico E. P. Thompson (2001), no livro **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos** propõe classe como “categoria histórica, derivada de processos sociais ao longo do tempo. ” (p. 270) Ele entende que o conceito de classe, como o conhecemos, dá-se porque ao longo da História os indivíduos têm comportamento classista. Percebe-se o “nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe, passíveis de comparação internacional sendo observável algumas regularidades e certos estágios de desenvolvimento. ” (p. 270). Na análise do autor, a categoria histórica classe é conceituada por historiadores fazendo:

- a) referência ao conteúdo histórico, empiricamente observado; e b) como categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa. Para o autor o conceito pode ser adotado em ambos os sentidos (p.272).

Para o autor a classe, não pode ser pensada apartada da luta de classe, que está diretamente relacionada com o processo histórico, que se dá em uma sociedade estruturada onde são reconhecidos, pelos indivíduos, interesses opostos. No desenvolvimento do processo de luta, identificam-se como classe, despertando neste processo a consciência de classe. Portanto

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior de um “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em certo estágio do processo (THOMPSON, 2001, p.277).

O Pronatec é apresentado pelo governo federal como um viabilizador do desenvolvimento e fortalecimento da força de trabalho no Brasil. Através dele haverá capacitação apropriada em grande escala, proporcionando com isso um aumento de competitividade dos nossos produtos nos mercados internacional e nacional. No entanto, é necessário entender como cursos de formação aligeirada, podem desenvolver, com uma carga horária restrita, uma força de trabalho tão preparada tecnicamente a ponto de alçar o país aos mais altos níveis internacionais de produção. Que tipo de força de trabalho se quer produzir com estes modelos de cursos de formação, se a formação proposta pela teoria de Capital Humano propõe uma formação continuada. O que se constata pelos dados é que a economia brasileira cresceu significativamente, entre os anos de 2003 a 2010, com a força de trabalho dita, pela burguesia e governo, desqualificada. Portanto cabe entender o que o governo pretende alcançar com um tipo de educação oferecido à classe trabalhadora no modelo do Pronatec?

Referências

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. PRONATEC–Brasília, 2011. Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/index.php?page=hotsite2>>. Acesso em 06/02/2014
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos . Plano Plurianual 2012-2015: projeto de lei/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Brasília MP, 2011. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/PPA_2012_2015/lei/anl12593.pdf>. Acesso 19/02/2014.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario>> Acesso em 07/01/2014
- _____. *Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 47, nov.1983. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?> . Acesso em 09 maio 2014.
- _____. Capital humano. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. (orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. (2.ed.rev.amp.). Rio de Janeiro: EPSJV-FIOCRUZ, 2009.
- JUNIOR, Justino de Sousa. *Dicionário da educação profissional em saúde* . 2.ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario>> Acesso em 07/01/2014
- LOMBARDI, J. C. *Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels*. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. Alinea, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I - 31ª ed.* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____ *Manuscritos econômico-filosóficos.* 4ªed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista.* 1 ed. revista São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ *Textos sobre Educação e Ensino.* Campinas, SP: Navegando, 2011

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA Júlio César França. *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario>> Acesso em 07/01/2014

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Rev. Bras. Educ., vol.12 no. 34 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2007 Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em Agosto 2013.

SNYDERS, G. *Escola, classe e luta de classes.* São Paulo: Centauro, 2005.

THOMPSON, E.P. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”.* In: Idem. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: EdUnicamp, 2001.